



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

**A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: O PROCESSO
CONSTITUINTE DA PROFISSÃO, RACIONALIDADES
CONSTITUÍDAS E LINGUAGEM**

Cristiana Maria Venâncio¹
Hélder Boska de Moraes Sarmiento²

Resumo: Neste artigo será discorrido sobre as macroteorias que influenciaram e influenciam o processo constituinte do Serviço Social e as racionalidades a elas subjacentes, as quais atribuem à profissão uma instrumentalidade, visto que enquanto ideologias são determinantes na forma de agir, pensar e conceber a realidade social e a intervenção profissional, demandando diferentes formas de atuação do assistente social.
Palavras-chave: Serviço social; Instrumentalidade; Racionalidade; Linguagem.

Abstract: In this article we will discuss the macro theories that influenced and influence the constituent process of Social Service and the underlying rationalities, which attribute to the profession an instrumentality, since while ideologies are determinants in the way of acting, thinking and conceiving social reality and the professional intervention, demanding different ways of acting social worker.

Keywords: social work; instrumentality; rationality; language.

1 Introdução

Para uma melhor compreensão do Serviço Social na contemporaneidade faz-se necessário retroceder no tempo e resgatar o processo sócio-histórico da profissão, de sua protoforma ao movimento de reconceituação, com ênfase na vertente de “intenção de ruptura”, cujos defensores, num movimento de ruptura com as origens conservadoras da profissão, protagonizaram a introdução da teoria social marxista nos debates acadêmicos e na formação profissional.

¹ Graduação em Serviços Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1991). Especialização em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente pela Universidade de São Paulo (2004), e em Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais, pela Universidade de Brasília (2010). Mestranda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis com atuação no serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi).

² Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba (1986). Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campina (1995). Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Atualmente é Professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: <hboska@yahoo.com.br>.

De sua institucionalização, datada da terceira década do século XX, à atualidade, o Serviço Social sofreu os rebatimentos do contexto social, econômico, cultural e político, o que significa dizer que a instrumentalidade da profissão acompanha o processo sócio-histórico, constituindo-se e reconstituindo-se em movimentos de renovação e conservadorismo, e nas racionalidades/ideologias que lhes são subjacentes e que dão direcionamento ao exercício profissional.

Neste artigo algumas reflexões serão feitas no sentido de trazer elementos que permitam a compreensão da relação entre as matrizes teóricas que influenciaram e influenciam a profissão, suas racionalidades e a linguagem enquanto meio de trabalho e instrumento ideológico.

2 A instrumentalidade do Serviço Social: O processo constituinte da profissão

O pluralismo teórico, político e ideológico instaurado no Serviço Social na atualidade não permite a afirmativa de que desde a sua origem a profissão apresentou esta característica. No percurso de sua trajetória a profissão acompanhou o movimento sócio-histórico e sofreu seus rebatimentos. Se de um lado, adaptou-se, ainda que travestida da nomenclatura de renovação, à ordem social vigente; do outro, na intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, buscou na teoria marxista uma nova leitura da realidade social na perspectiva de sua transformação (GUERRA, 2014; IAMAMOTO, 2014; NETTO, 2008; PONTES, 2009).

Segundo Souza (1989), para compreender o Serviço Social é necessário entender as demandas que o instituíram e que, ao se modificarem, provocaram e provocam alterações no modo de agir e pensar a profissão. Ao encontro desta inferência, Guerra (2014, p. 32) contribui no sentido de sinalizar que “É a regularidade dos fenômenos, processos e práticas sociais e sua historicidade que os tornam compreensíveis, permitindo à razão apreendê-los nas suas manifestações dinâmicas”.

No Brasil o Serviço Social surge na década de 30, período em que a economia urbano-industrial emerge e novos atores e forças políticas assumem espaço no cenário nacional. O Estado é pressionado a garantir a coesão social entre as classes sociais e, dentre os mecanismos criados, a Constituição de 1934 determina o atendimento aos desvalidos e a formação de um corpo técnico qualificado. É a Igreja, preocupada com a questão social, quem vai estimular o surgimento e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil (SOUZA, 1984; 1989).

Essas situações da Igreja e do Estado eram favoráveis à criação de um aparato institucional que privilegiavam as atividades assistenciais. Assim, se de um lado o Serviço Social se sustentava na Igreja, de outro ele é estimulado pelas aberturas institucionais do próprio Estado (SOUZA, 1989, p. 53).

Desde o surgimento do Serviço Social, enquanto especialização da divisão social e técnica do trabalho, o Estado surge como importante empregador desta força de trabalho, e as políticas sociais a principal área de intervenção (SOUZA, 1984; IAMAMOTO; CARVALHO, 2014; KARSCH, 1987).

Diante da contextualização que remete às origens do Serviço Social, Souza (1984) indica três características que desde o início vão influenciar diretamente o modo de agir do assistente social brasileiro e latino-americano:

- A ação profissional condicionada pela estrutura da obra social.
- A ação profissional através de obras públicas mais interessadas no cumprimento de leis e regulamentos.
- A ação profissional assumindo como problemas fundamentais a assistência imediata relativa à sobrevivência da população (SOUZA, 1984, p. 62).

Nesse contexto, tem-se que o Serviço Social sofre influências no seu fazer das ações assistencialistas que precederam a institucionalização da profissão; surge mediante demanda do Estado Capitalista, atendendo, de um lado as necessidades do capital e, do outro, empreendendo esforços para intervir na realidade social da população subalterna e trabalhadora com o objetivo de atender as suas necessidades objetivas e subjetivas decorrentes da condição de exploração do trabalho³, na perspectiva de seu ajustamento.

Para Netto (2011, p. 73, grifos do autor) “A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, ‘a racionalização da filantropia’ nem a ‘organização da caridade’, vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*”.

A obra de José Paulo Netto intitulada *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, afirma que o Serviço Social tradicional sofreu os rebatimentos do contexto político, econômico, social e cultural da autocracia burguesa. Este constituir-se e reconstituir-se da profissão se deu em três direções marcadas por tempo e fundamentações teóricas distintas, aos quais o autor denominou como a vertente

³ Conforme Netto (2011, p. 34), “No movimento que determinou este giro, confluíram quer as exigências econômicas-sociais próprias da idade do monopólio [...], quer o protagonismo político-social das camadas trabalhadoras, especialmente o processo de lutas e de auto-organização da classe operária [...]”.

de *Viés Modernizador*⁴ a de *Reatualização do Conservadorismo*⁵, e a de *Intenção de Ruptura*⁶.

As duas primeiras vertentes de renovação do Serviço Social propuseram um repensar a profissão com o foco no fazer, porém, sob as bases do conservadorismo. Não se questionava a macroestrutura e entendia-se que a condição de vida dos sujeitos da assistência social era decorrente de sua vontade ou capacidade, cabendo ao assistente social intervir para o ajustamento, para a adaptação, com ações voltadas à orientação e à ajuda psicossocial.

Para Souza (1989) e Guerra (2014), até a década de 80 do século XX prevaleceu na profissão uma concepção de realidade social que pouco considerava as relações concretas entre os homens, sobretudo em suas questões objetivas. Nesse contexto, predominava a ideia do indivíduo problema, do desajustamento social, e um fazer profissional pragmático, repetitivo, imediatista que se sustentava na racionalidade da ordem burguesa.

A terceira direção do processo de renovação do Serviço Social foi a que propôs a *Intenção de Ruptura* da profissão com os ideários conservadores. Nesse contexto:

Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho 'tradicional' e aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador) (NETTO, 2008, p.159, grifos do autor).

Para os representantes desta vertente, a realidade social passa a ser considerada em sua dinâmica sócio-histórica, e o problema social assume dimensão que vai para além do imediato, do aparente. A proposta do método de BH influenciou consideravelmente no ensino (formulação do pensamento crítico) e na prática profissional. São importantes representantes dessa vertente: José Paulo Netto, Vicente de Paula Faleiros, Marilda Vilela

⁴ O auge de sua formulação ocorreu em meados da década de 70, com os textos elaborados nos seminários de Araxá e de Teresópolis, que foram de importância basilar. A fundamentação para legitimar a profissão e o fazer profissional deu-se sobre influência do estrutural-funcionalismo norte-americano de matriz neopositivista. A preocupação maior direcionou-se ao como fazer, não se questionando a ordem sociopolítica e se atribuindo um cariz tecnocrático à profissão.

⁵ Nessa vertente o conservadorismo da profissão se repôs, porém sob base teórico-metodológica diferenciada. Repudiou-se o positivismo e a matriz crítico-dialética do marxismo, e, o que se observou foi a reatualização do conservadorismo com inspiração fenomenológica, destacando-se as questões subjetivas dos sujeitos/usuários da assistência social, permanecendo, nesse aspecto, o debate do exercício profissional no circuito da ajuda psicossocial.

⁶ Conforme Netto (2008), esta terceira direção do processo de renovação do Serviço Social aconteceu em três momentos distintos: o da sua emergência (fins da década de 60 a 1975), seguido da consolidação acadêmica (da abertura aos anos iniciais da década de 80), para então sua extensão para a categoria profissional.

Iamamoto⁷, Alba Carvalho.

Diante desse resgate sócio-histórico do processo constituinte da profissão, é possível inferir sobre a importância do movimento de reconceituação, sobretudo a vertente de intenção de ruptura. Para Guerra (2014) o processo de renovação do Serviço Social colocou à intervenção do assistente social novas requisições e demandas, pois convocou a categoria a pensar e refletir sobre os fundamentos teóricos-metodológicos, bem como sobre os princípios e postulados da profissão.

Para a autora, a partir desse momento histórico:

[...] novas perspectivas se apresentam à compreensão do significado sócio-histórico da profissão, da questão social, escopo da intervenção do assistente social, dos modos de realizar a prática profissional, enfim, dos sujeitos envolvidos no processo de intervenção profissional, resultante da inserção de um novo interlocutor do Serviço Social: as particularidades sócio-políticas e econômicas do desenvolvimento capitalista brasileiro (GUERRA, 2014, p. 22).

A trajetória da profissão, conforme explanado, sofreu fortes influências de forças conservadoras, sobretudo através da igreja, do Estado e do pensamento positivista em sua racionalidade formal-abstrata. Contudo, a partir do processo de renovação do Serviço Social, novas perspectivas teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas entraram no cenário, confrontando diferentes formas de conceber o Serviço Social, visto que subsidiadas em racionalidades distintas, conforme será explanado na sequência.

3 A instrumentalidade do Serviço Social: racionalidades constituídas

Em sua origem a instrumentalidade da profissão apresentava vinculação ao pensamento positivista. As expressões da questão social nesta matriz teórica são decorrentes de desajustamentos individuais, dos problemas de personalidade. Em Netto (1986, p. 53), tem-se que o positivismo é uma tendência necessária ao capitalismo, e que, em sentido mais exato, consiste “[...] em o pensamento não ultrapassar essa aparência coisificada dos fenômenos sociais”.

Com o processo de renovação do Serviço Social - iniciado na década de 60 e que adquiriu nova roupagem na década de 80/90 do século XX (movimento pós-

⁷ Marilda Vilela Iamamoto e Raul Carvalho foram quem introduziram o autêntico pensamento marxista no Serviço Social, destacando-se como protagonistas no projeto de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. A obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* foi de importância axial (NETTO, 2008; PONTES, 2009).

reconceituação) -, a matriz marxista se tornou hegemônica na formação profissional e passou a dar direcionamento aos Currículos dos cursos de Serviço Social, à Lei que regulamenta a profissão⁸ e ao Código de Ética do Assistente social⁹.

Entretanto, as tendências teóricas que influenciaram o Serviço Social desde a sua origem não foram substituídas enquanto novas tendências emergiam, ao contrário, elas coexistem e atribuem ao Serviço Social várias racionalidades, as quais:

[...] convivem historicamente e contraditoriamente no interior da profissão e que se constituem num conjunto de tendências observáveis, expressam de um lado, as relações entre sujeitos estabelecidas na ação profissional e, de outro, os fundamentos ético-políticos e teóricos sobre os quais essas relações se apoiam, que por vez demandam diferentes formas de atuação (GUERRA, 2014, p. 34).

Para a autora, “As racionalidades do Serviço Social podem ser tomadas como um conduto de passagem e eixo articulador entre teoria e práticas” (GUERRA, 2014, p. 35).

Toma-se como referência que esta racionalidade fundamenta-se na razão, constitui-se em uma expressão da realidade; é uma propriedade da razão e relaciona-se à forma de concebê-la. Nesta perspectiva, a razão não determina a realidade, mas significa uma forma de apreensão do real. O real é o que existe de acordo com a razão (GUERRA, 2014; PONTES, 2009; LEFEBVRE, 1991). Numa perspectiva dialética:

Penetrar no real é superar o imediato – o sensível – a fim de atingir conhecimentos mediatos, através da inteligência e da razão. Esses conhecimentos mediatos são então pensamentos, ideias.

Penetrar no real, portanto, é atingir pelo pensamento um conjunto cada vez mais amplo de relações, de detalhes, de elementos, de particularidades, captadas numa totalidade. Esse conjunto, essa totalidade, por outro lado, jamais pode coincidir com a totalidade do real, com o mundo. O ato do pensamento destaca da totalidade do real, mediante um recorte real ou ‘ideal’, aquilo que é corretamente chamado de ‘objeto do pensamento’ (LEFEBVRE, 1991, p. 112, grifos do autor).

Para Lefebvre (1991), a lógica formal é um elemento, um estágio da lógica dialética. Trata-se, aquela, de uma aproximação incompleta do real. A lógica formal ao captar a forma¹⁰, a aparência, o fenômeno da *coisa*, lança sob ela um entendimento. A lógica formal ao ser incorporada pela lógica concreta possibilita a apreensão da *coisa em si* pela razão, possibilita chegar a essência, a verdade (ainda que aproximativa e em permanente processo de mudança).

⁸ Lei 8.662/1993 com dispositivo acrescentado pela Lei 12.317/2010.

⁹ Resolução nº 273/1993 CFESS.

¹⁰ “[...] a aparência está na coisa. A essência não existe fora de sua conexão como universo, de suas interações com os outros seres. Cada uma dessas interações é um fenômeno, uma aparência. Em si, a essência é apenas a totalidade das aparências; e a coisa é apenas a totalidade dos fenômenos [...]” (LEFEBVRE, 1991, p. 219, grifos do autor).

A categoria da racionalidade também é trabalhada por Pontes (2009). Para o autor o conhecimento científico, que deve ser fiel a realidade social, tem se polarizado em duas grandes matrizes de pensamento e, conseqüentemente, em duas racionalidades: a teoria positivista em sua racionalidade instrumental-manipulativa (positiva); a teoria marxista e sua racionalidade crítico-dialética (negativa). Para cada formulação a razão assume formas nitidamente distintas.

Pontes (2009, p. 31), diferencia as duas matrizes de pensamento apontando que:

A primeira busca compreender o funcionamento da sociedade e das estruturas que a compõem, com a finalidade de controlar, corrigir e reformar as disfunções das relações sociais, contribuindo para que o mais avançado modo de organização sócio-econômico (sistema capitalista) que a humanidade conquistou se mantenha garantido nas suas formas gerais e no seu aperfeiçoamento necessário.

A segunda transita numa concepção diametralmente oposta, buscando não só conhecer os processos históricos, que estruturam o ser social burguês, bem como suas leis tendenciais-históricas, como apontar as forças sociais, políticas, culturais etc. de dissolução desta ordem social.

No percurso teórico desenvolvido até aqui, infere-se que, conforme Pereira (1982), Lefebvre (1991), Pontes (2009) e Guerra (2014) são duas as racionalidades que orientam a concepção da realidade social e a intervenção sobre ela. Uma racionalidade subsumida ao pensamento positivista e, a outra, ao pensamento crítico-dialético. Essas racionalidades permeiam todos os espaços e relações, são constituintes e constituídas pelo ser social em seu processo sócio-histórico.

O paradigma do positivismo vem ao encontro dos interesses capitalistas, visto que se assenta no pensamento que não ultrapassa a aparência dos fenômenos: a realidade social é desestoricizada e deseconomizada. Nesse aspecto, em referência ao positivismo de Durkheim, Guerra (2014, p. 61) pontua que na apreensão do real as “[...] induções amplificantes transformam-se em generalizações, e os fatores do desenvolvimento econômico não interferem nas formas político-jurídicas, sociais ou culturais”.

Essa racionalidade instrumental é inerente a protoforma do Serviço Social, tendo perpassado toda a trajetória da profissão, a qual se constitui e reconstitui, conforme Guerra (2014), entre conservadorismo e renovação. Para a autora, a racionalidade instrumental é compreendida como um nível de apropriação da realidade, mas limita as ações das operações cognitivas. Nesta concepção a atuação profissional se sustenta no pragmatismo, em ações que se limitam ao atendimento das necessidades imediatas e ao praticismo.

Embora, segundo Guerra (2014), a racionalidade formal-abstrata tenha prevalecido

na intervenção profissional (até a década de 80 do século XX), a autora discute e traz argumentos sobre a importância da perspectiva crítica dialética para o Serviço Social, pois é a partir desta matriz teórica que a realidade social é apreendida em suas múltiplas determinações, em sua totalidade¹¹. A racionalidade da razão dialética¹² vai para além da aparência e visa ações que ultrapassem a dimensão manipulatória e instrumental.

A reflexão sobre a instrumentalidade do Serviço Social e suas racionalidades necessariamente conduz ao projeto profissional, que:

[...] ilumina a especificidade mesma da profissão: sua inserção sócio-constitutiva; sua particularidade em face da divisão social do trabalho; a complexa relação entre demanda institucional e demanda profissional; as perspectivas teórico-metodológicas próprias dos vários projetos profissionais particularizados no interior da profissão; as perspectivas historicamente construídas pelos profissionais no direcionamento político-institucional da área de intervenção privilegiada no âmbito das políticas sociais: a assistência social (PONTES, 2009, p. 17).

É nesse campo de mediações, cujas complexidades assumem proporções imensas diante do objeto de intervenção do Serviço Social, que o assistente social é chamado a intervir, e será através da linguagem, assunto que será desdobrado no item seguinte, que se manifestarão os princípios teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, os quais atribuem estatuto de profissionalidade ao exercício profissional.

4 A instrumentalidade do Serviço Social: A linguagem e seus conteúdos reveladores de racionalidades

A linguagem é considerada por alguns autores do Serviço Social como o principal instrumento de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, CARVALHO, 2014; FALEIROS, 2008; MAGALHÃES, 2011). Esta afirmação remete à compreensão de que é a partir da linguagem (enquanto meio) que o profissional intervém nas relações de produção e reprodução social, nas vidas dos sujeitos, seja através da linguagem falada (entrevistas, reuniões, trabalhos de grupo, etc.), seja por meio da linguagem escrita (relatórios, termos de comunicação, encaminhamentos, etc.), seja pela linguagem corporal.

No utilizar da linguagem, o assistente social pode se constituir em um importante

¹¹ Para Pontes (2009, p. 51, grifos do autor), a totalidade, em Hegel, assume um significado novo e dinâmico “Na relação parte-todo, as partes além de se condicionarem reciprocamente, também são totalidades parciais mutuamente determinadas e articuladas. A realidade não é um amálgama rígido de *partes num todo*”.

¹² A totalidade, a negatividade e a mediação são os principais eixos categoriais do núcleo racional crítico-dialético (idem).

profissional de formação de consciência crítica e transformadora, assim como pode utilizá-la para a inculcação de ideais não libertadores, mas perpetuadores do mundo posto onde não há sujeitos, mas sujeitados.

Para Lacerda (2014), na perspectiva ontológico-crítica, em sua racionalidade dialética, o processo de trabalho do assistente social, enquanto práxis social se efetua pelas categorias da teleologia e da causalidade, ou seja: na atividade direcionada a um fim; no conhecimento do objeto sobre o qual se trabalha (as expressões da questão social); no emprego de instrumentos (meios) e na sua materialização (produto). Entendida como principal instrumento de trabalho do assistente social, a linguagem se constitui em um meio, e objetiva o alcance de determinado fim previamente pensado.

Conforme Marx e Engels (2007, p. 35),

[...] a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens, é um produto social (MARX; ENGELS, 2007, p. 35).

Enquanto produto social, a linguagem reflete e refrata o meio social, econômico, político, cultural, religioso, linguístico de determinada sociedade; desta forma, a linguagem não está livre de influências da comunicação semiótica, ao contrário, constitui-se e está impregnada dos seus signos, os quais, segundo Bakhtin (1981, p. 21), possuem valor ideológico e realidade objetiva.

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo o fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer (BAKHTIN, 1981, p. 21) .

Em Ianni (2000, p. 250), tem-se que a apreensão da comunicação semiótica de determinado grupo social traz consigo o modo de ser, sentir, pensar e agir de tal grupo.

Pontua:

[...] O conjunto de signos, símbolos e emblemas, bem como das figuras e figurações de linguagem, que se encontram mais ou menos codificados e aceitos, tudo isso tende a adquirir os contornos de uma concepção da realidade, um modo de perceber ou imaginar a sociedade. Sem esquecer que a visão de mundo delineada na língua não é isenta de tensões, hiatos ou contradições, já que leva consigo algo ou muito do jogo das forças sociais, compreendendo disparidades e desigualdades (IANNI, 2000, p. 250).

Tem-se que linguagem e consciência se constituem a partir da necessidade de intercâmbio entre os homens, e por essa natureza são produtos sócio-históricos. Essas sociabilidades são determinadas pelo modo de produção e reprodução social e pelas

condições materiais de existência. Neste sentido, linguagem e consciência são categorias que tem como base fundante o mundo material, as relações sociais concretas. Daí advém a afirmativa de Marx e Engels de que “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Segundo os autores de *A Ideologia Alemã*, a linguagem é a realidade imediata do pensamento, no entanto na sistematização destes pensamentos em linguagem, nem pensamento nem linguagem se constituem em um reino próprio, mas sim são manifestações da vida real.

Ao encontro dessa posição está o pensamento de Ianni (2000), que salienta a importância da linguagem enquanto produto e condição de pensamento e enquanto elemento essencial da cultura.

Cabe lembrar que linguagem é pensamento. Ambos se formam, conformam e transformam simultânea e reciprocamente. Enquanto produto e condição de pensamento, a linguagem expressa a multiplicidade das relações, processos e estruturas que constituem a organização e a dinâmica da vida social, em todas as suas manifestações. Tudo o que diz respeito à sociedade está envolto e impregnado de cultura, sendo que a linguagem, enquanto componente essencial da cultura, taquigrava, expressa, compreende, explica, exorciza ou sublima o turbilhão histórico-social em que estão imersos indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais, nações e nacionalidades (IANNI, 2000, p. 251-252).

Segundo o autor, a relação existente entre linguagem e pensamento não significa que o pensamento quando expresso em palavras seja refletido em sua íntegra como uma cópia fiel, mas que ao tornar-se fala, palavra, o pensamento passa por transformações e ganha existência.

[...] enquanto não se expressa em palavra, o mundo está no limbo, revela-se uma nebulosa misteriosa; mas quando palavreado, articulado e significativo, esse mesmo mundo corre o risco de descobrir-se delimitado, prisioneiro ou significado (IANNI, 2000, p. 253).

Para Bakhtin (1981, p. 24)

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social (BAKHTIN, 1981, p. 24).

Nessa perspectiva, a palavra está tomada de significado ideológico e apresenta natureza sócio-histórica. Neutra em sua essência, a palavra não possui uma função ideológica específica, o seu significado vai apresentar variações de acordo com a entonação empregada, do seu emissor e do receptor, da relação entre ambos, do contexto e das condições em que está sendo emitida, etc. (MAGALHÃES, 2011; BAKHTIN,

1981).

Pereira (1982, p. 84) salienta a influência direta da ideologia nos atos humanos:

Direta ou indiretamente as ideologias estão presentes no que pensamos e fazemos. Ou seja, na relação teoria/prática e, conseqüentemente, na práxis, em tudo o que fazemos, em todos os momentos. Nossos atos são ideológicos porque são sociais e históricos.

Para o autor a ninguém escapa das interferências ideológicas, seja como agente dominante ou dominado. Nesse aspecto, conforme Pereira (1982, p. 84), o gênero humano:

[...] não projeta e não age no vazio absoluto, independentemente de suas relações, as ideologias interferem sobretudo no seu pensamento e na sua ação, no pensamento e ação dos grupos e das classes sociais. Elas o tornam um criador ou articulador de ideologias sociais (boas ou perversas) ou em um inocente útil, assimilador passivo de ideologias que interferem no seu ato de fora para dentro, ainda que ele não saiba (PEREIRA, 1982, p. 84).

No modo de produção e reprodução social do capitalismo de monopólios a ideologia dominante é a positivista, os princípios são neoliberais, e a racionalidade é a instrumental-manipulativa, formal. Nesta perspectiva, as condições de pobreza ou riqueza são decorrentes de atributos individuais, a realidade é vista em fragmentos, nega-se a essência dos fenômenos, fortalece-se o individualismo, as relações são coisificadas e o trabalho é alienado.

Destarte, as características do paradigma positivista em sua racionalidade impregnam não só as relações de produção, mas também as relações de reprodução social; expandem-se das empresas aos lares; são amplamente propagadas pela cultura do consumo, pela obsolescência programada, pelo culto ao individualismo (fortalecimento da vertente irracionalista). Nesse contexto, a racionalidade formal penetra e interfere no modo de pensar, agir e sentir do indivíduo e dos grupos sociais.

A categoria profissional dos assistentes sociais, inserida nesta realidade concreta, está sujeita a impregnar-se dessa ideologia dominante. Entretanto, a tendência ao predomínio dessa racionalidade não significa a inexistência de outras tendências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política na profissão, ao contrário, há forças em enfrentamento e disputa de hegemonia.

O paradigma marxista, com sua crítica contundente ao modo de produção e reprodução social capitalista, vem sendo amplamente divulgado e discutido nos espaços de formação e pela categoria profissional desde o movimento de renovação da profissão, ganhando maior visibilidade a partir da década de 80 do século XX. Essa vertente de pensamento, por meio das categorias da dialética, da mediação e da totalidade, visa o

conhecimento da realidade para a sua transformação. Tal movimento se efetiva pela linguagem, que pode ser tanto um instrumento para a manutenção do que está posto, numa perpetuação da ideologia dominante, quanto pode ser um meio para o desvelamento da realidade e sua transformação.

Com essas ponderações o que se pretende inferir é que o paradigma ao qual o profissional do Serviço Social se identifica dará o norte para a intervenção, explicitando, através da linguagem (em todas as suas formas de manifestação), o modo de pensar, agir e sentir a profissão, ou, de outra forma, revelará a instrumentalidade do Serviço Social.

5 Breves considerações

O Serviço Social se constitui numa especialização inserida na divisão social e técnica do trabalho, cuja institucionalização (sua razão de ser) está atrelada ao pensamento conservador e ao desenvolvimento do capitalismo monopolista. É uma profissão que se caracteriza por sua natureza prática, ou seja, suas ações são direcionadas a problemas reais e requerem soluções objetivas.

A dimensão interventiva exige do profissional um saber-fazer que promova mudanças, transformações nas relações interpessoais e sociais, e nas condições objetivas e subjetivas da vida cotidiana, *locus* privilegiado da intervenção profissional.

Para intervir nas múltiplas demandas advindas da realidade social - as quais se ampliam e complexificam devido ao modo de produção e reprodução social do sistema capitalista que agrava as expressões da questão social -, o assistente social se apropria de uma instrumentalidade, a qual não se constitui em algo permanente, mas acompanha o movimento sócio-histórico. Esta capacidade revela um modo de ser do profissional, implica uma racionalidade.

Infere-se, pois, que há uma estreita relação entre instrumentalidade e racionalidade, não havendo exercício profissional isento de uma racionalidade, seja ela fundamentada na teoria social positivista, na fenomenologia ou na matriz crítico-dialética.

Referenciais

AZEVEDO, Isabela Sarmet. A relação teoria/método/instrumentais: uma leitura a partir da concepção de profissão. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre: PUCRS, v. 12, n.2, jul/dez. 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.

BATTINI, Odária. Atitude e formação profissional: a falsa dicotomia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XV, n. 45, p. 142-146, 1994.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 62. Mar.2000.

_____. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Disponível em:<<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

IANNI, O. Estilos de Pensamento. In: ENIGMAS da modernidade-mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JÚNIOR, Reginaldo Pereira França; LARA, Ricardo. Trabalho e ser social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no projeto ético-político profissional. **Textos e Contextos**, Porto Alegre: PUCRS, v. 14, n.1, jan/jun.2015.

KARSCH, Úrsula M. Simon. **O Serviço Social na Era dos Serviços**. São Paulo: Cortez, 1987.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LACERDA, Lélica Elis Pereira. Exercício profissional do assistente social: da imediaticidade às possibilidades históricas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 117, jan./mar.2014.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal lógica dialética**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LUKÁCS. Georg. O trabalho. In: PARA A ONTOLOGIA do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, F. Feuerbach e história: Rascunhos e anotações. In: A IDEOLOGIA Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-

1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Teoria, método e história da formação profissional. **Cadernos Abess**, São Paulo: Cortez, n. 1, 1986.

PEREIRA, Otaviano. **O que é Teoria**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros Passos).

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. O Instrumento Técnico em Serviço Social: alguns apontamentos sobre o relacionamento. In: LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (Org.). **Instrumentais técnico-operativos no Serviço Social**: um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

SILVA, José Fernando Siqueira. Serviço Social: Razão ontológica ou instrumental. **Katálysis**, Florianópolis: UFSC, v.16, n. 1, 2013.

SOUZA, Maria Luiza. **Serviço Social e instituição**: a questão da participação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Questões Teórico-Práticas do Serviço Social**: o reconhecimento profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

VÁZQUEZ, A. S. Unidade entre teoria e prática. In: **FILOSOFIA da Práxis**. 2. ed. São Paulo: Edição Popular, 2011.